

Origem e Evolução do Sistema Postal Brasileiro

VITORINO DE OLIVEIRA

Os primeiros selos do Brasil — “Ôlho de Boi” e “Ôlho de Cabra” — Selos do Império e da República — Selos comemorativos — O Telégrafo e seus selos — Emissões de beneficência.

É CORRENTE ouvir-se que o sêlo postal foi criação de Sir Rowland Hill, o reformador do correio inglês, em 1840. Todavia, já em 1653, na França, no reinado de Luiz XIV, o “maitre des requêtes” Velayer obteve o privilégio de instalar, nos bairros de Paris, caixas de coleta e distribuição de correspondência, mediante o pagamento de uma contribuição cobrada por meio de um bilhete que deveria ser colocado na caixa, juntamente com a correspondência. E se o remetente desejasse ter a certeza da resposta deveria juntar outro bilhete de “porte pago” para facilitar a tarefa do destinatário.

Os primeiros selos postais adesivos, entretanto, foram idealizados, em 1834, por Jaime Chalmers, livreiro impressor, estabelecido em Dundee, na Escócia, onde lhe foi erigido um monumento. Rowland Hill foi, portanto, apenas o introdutor do sêlo postal no serviço inglês, quando lhe coube dirigir-lo e reformá-lo.

De qualquer modo foi a Inglaterra o primeiro país do mundo a utilizar o sêlo postal adesivo para a franquia prévia da correspondência, em abril de 1840.

Seguiram-se-lhe o Brasil em 1843, a Espanha em 1845, a Suíça em 1848, a França em 1849, a Alemanha em 1850, os Estados Unidos em 1851 e, após, os demais países.

Pela Lei n.º 243, de 10 de novembro de 1841, o Congresso brasileiro autorizou, no art. 17, a reforma dos nossos serviços postais nos moldes do Correio da Inglaterra. Essa transformação foi levada a efeito com os Decretos ns. 254 e 255, de 29-11-1842, assinados por Cândido José de Araújo Viana, com a rubrica do Imperador D. Pedro II.

O primeiro daqueles decretos estabelecia a nova tarifa postal baseada no pêso da carta, independentemente das distâncias, como anteriormente, constando do seu art. 1.º:

“Os portes das cartas conduzidas por correios de terra e mar são fixados pela maneira seguinte:

	Correio	
	de terra	de mar
Não excedendo de 4 oitavas . .	60 Rs.	120 Rs.
Excedente de 4 até 6 ditas	90 Rs.	180 Rs.
De 6 até 8 ditas	120 Rs.	240 Rs.

E assim progressivamente, acrescentando-se aos portes de terra por cada 2 oitavas 30 réis, e aos de mar 60 réis.

O Decreto n.º 255 determinava em seu artigo 5.º:

“Os portes serão pagos em papel selado, ou sêlo do valor de 30, 60 e 90 Rs., na forma constante do modelo n.º 1.”

Expedidos os decretos, o Provedor da Casa da Moeda mostrou ter dúvidas na sua interpretação e, sôbre elas consultou ao Presidente do Tesouro, em ofício de 13 de fevereiro de 1843.

Transcrevemos êsse ofício:

“Ilmo. e Exmo. Sr.

O artigo 16 do decreto de 29 de novembro próximo passado, n.º 254, determina que os portes das cartas sejam pagos adiantados e em papel selado — e os arts. 5.º e 11 do Decreto n.º 255, da data supra, tratam sempre de papel selado e que haverá três selos, um no valor de trinta, outro de sessenta e outro de noventa réis — e do enunciado da maior parte dos três artigos, se depreende que a intenção do Governo não foi receber o porte das cartas por meio de papel selado, mas sim por meio de pequenas estampas, que se devem fixar nas cartas, equivalentes às suas respectivas taxas.

Na Inglaterra se faz uso promiscuamente de uma e outra coisa, mas consta que o papel selado é tido como objeto de luxo, e como nesta repartição é onde, naturalmente, se hão de fazer os selos ou chapa segundo V. Ex.^a ordenar, por isso julguei de meu dever levar ao conhecimento de V. Ex.^a esta dúvida, em que me pôs a leitura dos mencionados decretos, e permita-me V. Ex.^a que aproveitando a oportunidade, quer se decida que se façam selos, quer chapas, será mister adotar modelos que dificultem a falsificação e sejam conformes aos nossos costumes.

Na Inglaterra se usa em tais selos e estampas a effigie da Rainha com o valor da respectiva taxa, isto ali pode ser muito próprio — e sou levado a crer que é fundada em utilidade pública — mas entre nós, além de impróprio, pode dar lugar a continuadas falsificações e as razões em que me baseio são estas: usa-se aqui por princípio de dever a respeito pôr a effigie do Monarca só em objetos perduráveis e dignos de veneração e nunca naqueles que por sua natureza pouco tempo depois de feitos têm de ser necessariamente inutilizados; e de mais a mais acresce a facilidade que há de se copiar um retrato por todos conhecido, coisa que pode ser executada por quem tem habilidade suficiente, o que não acontece com trabalhos meditados e complicados, que além da perícia do artista exigem

maquinismos próprios para se levarem a efeito — e quando se adota este último expediente, que me parece muito mais consentâneo e conveniente do que o primeiro, ainda assim será preciso de tempos a tempos mudar de padrão para vedar-se a falsificação estrangeira, pois não devemos temer a nacional, ao menos enquanto as artes não saírem do estado de infância em que jazem por ora entre nós.

Deus guarde a V. Ex.^a — Casa da Moeda, 13 de fevereiro de 1843. — O Provedor: *Camilo João Valdetaro.*

Em face das alegações expostas pelo Provedor da Casa da Moeda, dez dias depois o Presidente do Tesouro baixava a seguinte portaria:

“O Sr. Provedor da Casa da Moeda mande fazer com urgência as chapas que, na forma dos Decretos ns. 254 e 255, de 29 de novembro passado, relativos aos Correios do Império, devem servir para o pagamento dos portes e, quanto ao modelo delas, fica a seu arbítrio escolher o que mais difícil fôr de ser falsificado. — *Joaquim Francisco Viana.*”

Daí a razão por que, em vez de um retrato, que seria gravado a mão, recorreu-se aos “cunhos” mecânicos adquiridos pela Casa da Moeda, em fevereiro de 1843, a Eduardo Lemerick. O complicado desenho desse primeiro selo brasileiro ficou com o aspecto de um olho bovino. Sobre esse desenho os artistas Carlos Custódio de Azevedo e Quintino José de Faria, da Casa da Moeda, gravaram os algarismos correspondentes aos respectivos valores de 30, 60 e 90 réis e os festões que o circundam, impressos em negro. Durante algum tempo foi controvertida a data da circulação dos nossos primeiros selos, querendo uns que se tivesse verificado em julho de 1843, pois que em Lisboa fôra recebida uma carta com um selo de 90 réis, datada de Itapoana no mês de julho e chegada à capital portuguesa em 20 de agosto de 1843, sendo calculada a travessia, ao tempo, do Rio a Lisboa, de 30 a 40 dias. Todavia o diretor-geral dos Correios da Côrte fixara o dia 1.º de agosto para a circulação dos nossos primeiros selos postais, como se depreende de uma declaração publicada no “Jornal do Comércio”, de 6 de julho de 1843, nos seguintes termos:

“Pela Administração do Correio da Côrte se faz público que na mesma Administração principiarão a cobrar-se adiantados os portes das cartas e mais papéis no dia 1.º de agosto próximo futuro, na conformidade do respectivo regulamento e que os portes dos periódicos, leis e atos do Governo serão também pagos adiantados do dia 1.º de setembro deste ano em diante não só neste Município como em todo o Império, na forma do art. 1.º do Regulamento n.º 255, de novembro de 1842.”

Assim, foi estabelecido considerar o dia 1.º de agosto como sendo a data aniversária do selo postal brasileiro.

Um selo “olho de boi” que traz o carimbo de 1.º de agosto de 1843, dos dois que se conhecem, está avaliado em Cr\$ 20.000,00. E cita-se, na história da filatelia, que foi com uma quadra do “olho de boi”, de 90 réis, que Tomaz Corbald, na Inglaterra, iniciou a primeira coleção de selos postais. Por essa razão pode-se afirmar que a filatelia nasceu com o selo postal adesivo brasileiro, e particularmente com os “olho de boi”.

Em 1844, como as dimensões dos selos “olho de boi” se tornassem impróprias para o franquiamento das cartas, pois ocupavam grande extensão do sobrescrito, foi o seu desenho substituído por outros menores, de algarismos inclinados, chama-

dos, então, “olho de cabra”. E de 1850 a 1866 continuaram a ser emitidos mas já com algarismos verticais, variando de côr, gravados e impressos na Casa da Moeda e, como os primitivos selos, em estampas sem picote.

Entre 1866 e 1883 foram emitidos selos com a efigie do Imperador D. Pedro II, em côres, picotados ou cortados em linha, para facilitar a sua separação das respectivas estampas, gravados e impressos nos Estados Unidos, pela “American Bank Note Co.”. De 1884 a 1888, alteraram-se os desenhos dos nossos selos, aparecendo nos mesmos figuras diversas.

Proclamada a República, houve em 1890 a substituição dos selos postais utilizados durante o Império. Os primeiros emitidos traziam as estrelas do Cruzeiro do Sul, depois a efigie da República e, a seguir, desenhos diversos, todos gravados e impressos na Casa da Moeda, picotados e trazendo papel gomado e filigranado.

Em 1900, por ocasião do 4.º centenário da descoberta do Brasil, o nosso Correio emitiu o seu primeiro selo comemorativo em uma série de 4 selos; em 1906 o segundo, por ocasião da reunião do 3.º Congresso Pan-Americano, em nossa capital; em 1908 os dois comemorativos da Exposição Nacional e do centenário da Abertura dos Portos, e a seguir outros. A princípio esses selos só tinham circulação no território nacional, até que o Congresso Postal, da União Postal Universal, reunido em Madrid, em 1920, permitiu circulassem entre os países da União.

Os primeiros selos postais, para a correspondência aérea foram emitidos em 1927, com o aproveitamento dos selos destinados à correspondência oficial que foram sobretaxados, para esse fim.

No Império, em 1889, o Brasil emitiu selos especiais para o franquiamento de jornais, como também a República até o ano de 1891. Durante o Império, em 1889, e depois na República foram emitidos selos especiais para a cobrança da taxa devida pela correspondência, os últimos dos quais datam de 1942.

Em 1906 foram emitidos selos especiais para a correspondência oficial, com a efigie dos presidentes Afonso Pena, Marechal Hermes e Wenceslau Braz. Tais selos foram, porém, retirados da circulação em 1920 não mais se utilizando emissões especiais para a correspondência oficial.

Mas não foi só o Correio quem emitiu selos para pagamento de taxas cobradas à correspondência. Também o Telégrafo teve os seus selos. O primeiro em 1870, no Império. Em 1889, a República também os emitiu mas, afinal, retirou-se da circulação por não mais usá-los na cobrança da taxa telegráfica.

Selos também, e dos mais úteis, têm sido emitidos pelos Correios em favor de diversas Campanhas e instituições filantrópicas. Há emissões, todos os anos, destinadas à Campanha contra a Tuberculose, a Campanha em benefício da Criança e muitas outras cujo produto de venda reverte, integralmente, em favor das entidades que promovem tais movimentos.